

**Do silenciamento dos direitos às vozes das dádivas:** as demandas sociais no contexto do capitalismo filantrópico

Este artigo analisa duas abordagens distintas que competem no cenário da filantropia contemporânea: o filantropocapitalismo, com seu foco nas estratégias de mercado; e a filantropia que se identifica progressista, com foco em justiça social, movimentos sociais e direitos humanos. Por meio de observação participante nas conferências anuais do Global Philanthropy Forum e do Edge Funders Alliance – organizações representantes das perspectivas citadas, respectivamente – é possível identificar e analisar disputas que aparecem no campo da filantropia transnacional. Da mesma forma, com o enfoque no cenário nacional em organizações que focam em *filantropia e investimento social privado* no Brasil, observa-se o silenciamento da linguagem de direitos no universo de *filantropocapitalistas* e *investidores sociais*. Tendo realizado uma etnografia de quatro anos, que permitiu o mapeamento de uma rede de atores que são parte da elite política e econômica do Brasil articulados com instituições norte americanas, observa-se a organização destes para elaboração de estratégias de governança e obtenção de legitimidade moral por meio de práticas chamadas filantrópicas. Na esteira da crise financeira de 2008, autores norte-americanos passaram a escrever e promover o que chamaram de filantropocapitalismo. Trata-se do discurso e práticas de administração e da lógica do *management* aplicadas para o que consideram problemas sociais. Em disputa no campo aparecem diversas categorias como filantropia, investimento social, responsabilidade social, marketing cidadão, entre outros. Famílias tradicionais e bilionários brasileiros promovem o que chamam de setor dois e meio ou negócios sociais: um setor que operaria com a dinâmica do setor privado, mas com o foco social do terceiro setor. Embasados no discurso de estarem fazendo *o que o Estado não consegue*, estes agentes buscam desenvolver o que proponho chamar de filantroestatismo, pela centralidade do financiamento público, no Brasil - ou o que chamam de investimento social privado. Diversos autores chamam a atenção para formações de poder por meio da filantropia corporativa que consideram uma espécie de feudalismo moderno nos Estados Unidos ou mesmo plutocracias. Essas práticas e discursos são justificadas em campo como estratégias para evitar conflitos de classe e mesmo de incorporação de movimentos sociais. No entanto, a noção de direitos é apagada neste processo e a lógica de um mercado, com produtos, serviços, experts e clientes específicos se desenvolve com potencial de governança global para aqueles que defendem que o governo de populações deve ser exercido por meio de dispositivos de mercado.

## Filantropocapitalismo

Alguns livros publicados no ano de 2008 discutem uma nova abordagem no universo filantrópico: o filantropocapitalismo. Um deles, intitulado “Filantropocapitalismo. Como a doação (ou os ricos) pode salvar o mundo”, foi escrito pelo jornalista e autodenominado “*social progress expert*” Mathew Green. De acordo com o prefácio do livro, este trata da

...renascença da doação e da filantropia, liderada pelos criadores de riqueza mais bem sucedidos do mundo. Filantropocapitalismo descreve como eles doam, aplicando técnicas e modos de pensar do mundo dos negócios a sua filantropia. Também descreve o crescente reconhecimento de líderes do capitalismo de que doar [*giving back*] muito de sua fortuna para melhorar a sociedade é tanto parte do sistema quanto fazer dinheiro<sup>1</sup>”.

Outro livro, intitulado “Just Another Emperor? The myths and realities of Philanthropcapitalism” foi escrito por Michael Edwards que, de acordo com sua página na internet<sup>2</sup>, trabalhou em posições administrativas sênior na Oxfam, Voluntary Services Overseas, Banco Mundial e Ford Foundation. De acordo com o autor “Um novo momento está surgindo, que promove salvar o mundo revolucionando a filantropia, fazendo organizações sem fins lucrativos operarem como negócios e criando novos mercados para bens e serviços que beneficiam a sociedade<sup>3</sup>”.

Em um artigo publicado em 2006 no “The Economist”, intitulado “O nascimento do Filantropocapitalismo”, o subtítulo “os novos filantropos líderes se veem como investidores sociais” já articulava a tendência de investimento social, desenvolvida na intersecção dos setores privado e terceiro setor. Dessa forma, este artigo trata desse chamado “novo movimento” ou “renascença da doação e filantropia” e as formas que esse modelo encontra no Brasil.

Tendo o cenário norte americano como principal modelo (*benchmark*<sup>4</sup>) e interlocutor para *experts* e filantropos brasileiros, suas retóricas e práticas que borram as fronteiras de

---

<sup>1</sup> Tradução minha. No original: “about the renaissance of giving and philanthropy, led by the world’s most successful wealth creators. Philanthropcapitalism describes how they give, by applying business techniques and ways of thinking to their philanthropy. It also describes the growing recognition by the leaders of capitalism that giving back much of their fortune to improve society is as much a part of the system as making the money in the first place”.

<sup>2</sup> Disponível em [http://sv.cyclopaedia.net/wiki/Michael\\_Edwards\\_\(academic\)](http://sv.cyclopaedia.net/wiki/Michael_Edwards_(academic)) e [www.opendemocracy.net/article/globalisation/visions\\_reflections/philanthropcapitalism\\_after\\_the\\_goldrush](http://www.opendemocracy.net/article/globalisation/visions_reflections/philanthropcapitalism_after_the_goldrush)

<sup>3</sup> Tradução minha. No original: “A new movement is afoot that promises to save the world by revolutionizing philanthropy, making non-profit organizations operate like business, and creating new markets for goods and services that benefit society. Nick-named “philanthropcapitalism” for short, its supporters believe that business principles can be successfully combined with the search for social transformation”.

<sup>4</sup> Ver <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/o-que-e-benchmarking/48104/>

categorias caras às ciências sociais como Estado e governos, setor privado e terceiro setor. Enfoco neste texto a minha participação e etnografia de dois eventos que condensam elites transnacionais envolvidas em filantropia e expressivos das práticas discursos do universo filantrópico, realizados na Califórnia, Estados Unidos, no ano de 2016: a conferência anual do Global Philanthropy Forum e a conferência anual do Edge Funders Alliance.

Durante o período de trabalho de campo, deparei-me por diversas vezes com a noção de filantropia associada com a identidade norte americana. No Brasil, o uso do termo é mais discreto e, como indicado por uma série de interlocutores, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) vem promovendo a noção de investimento social privado, na tentativa de aliviar cargas pejorativas que a palavra “filantropia” desperta no contexto nacional (como “pilantrópia”, por exemplo). Emergem rótulo e categorias como setor dois e meio, disputando legitimidade e recursos no país e apresentados como uma pretensa alternativa a governos, sendo ainda práticas rentáveis.

Por falta de um termo melhor para definir esse emaranhado de práticas de negócios associadas a “impacto social” (como no caso do setor de “empreendedorismo social”), como negócios sociais, investimento social privado, responsabilidade social corporativa, filantropocapitalismo, entre outros, propus a noção de “mercado do social”. Assim, iniciei o campo de pesquisa olhando para essas práticas pelo viés mercadológico (Callon, 1998), uma rede transnacional de experts e elites nacionais, incorporando o discurso das demandas sociais a seus negócios. No entanto, ao longo da pesquisa, essa olhar foi associando ao mercado a noção de governança (Foucault, 1991 Deleuze, 1992), extremamente presente na mente de idealizadores e praticantes da filantropia contemporânea para governar populações também por meio destes dispositivos de mercado.

No Brasil, encontrei análogos de práticas estadunidenses, como a emergência de cursos de especialização e pós-graduação no setor, empresas e consultores filantrópicos (Abélès, 2012), consultores financeiros e economistas elaborando fundos conhecidos como *endowments*<sup>5</sup>, entre outras. Marc Abélès, antropólogo, realizou uma etnografia do Vale do Silício – local onde ocorreram as duas conferências - e “os novos ricos” em que mostra a noção que impera nos moradores do Vale como centro que emana inovação, ciência e tecnologia para o restante do globo. Abélès captura a lógica da filantropia no cotidiano do Vale, podendo compará-la à animação que ronda o lançamento de produtos high-tec. Relações de trabalho

---

<sup>5</sup> Ver <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/endowments-no-brasil-importa%C3%A7%C3%A3o-de-uma-estrat%C3%A9gia-de-sustentabilidade>

flexibilizadas, o imperativo quase glamourizado da falta de tempo e o mito da *self made woman* e *self made man* (nas suas empresas “de garagem”) são bases das iniciativas locais.

Na região também se encontra um importante centro de estudos sobre filantropia contemporânea, o PACS Stanford. Daí, uma das proeminentes figuras que promovem a filantropia estratégica, nova filantropia, filantropia capitalismo ou ainda altruísmo efetivo, Laura Aguirre-Anderssen, milionária, filantropa e professora de Stanford. Outro nome proeminente na proposição é o do filósofo Peter Singer que trabalha de forma próxima com Laura<sup>6</sup>.

Autoras feministas norte-americanas, como Nancy Fraser e Linda Gordon (1995), apontam como a lógica filantrópica, entre outros fatores, apaga a noção de cidadania social e, portanto, de direitos na sociedade Norte Americana. A abordagem retórica que promove esse apagamento é muito semelhante a retóricas construídas no Brasil<sup>7</sup>, de que o Estado de bem-estar social teria falhado e por isso a iniciativa privada deveria tomar por si a responsabilidade pelo “social”. Ainda, as autoras apontam o descrédito em que caem as pessoas que dependem de algum auxílio ou assistência pública, como se isso não fosse de direito. Seria o imperativo da lógica de caridade e do contrato em contraposição à cidadania<sup>8</sup>. As autoras mostram ainda a problemática de tomar o Estado-Nação como medida de análise, e a noção de cidadania civil arraigada no modelo dicotômico de uma sociedade individualista patriarcal (do chefe de família) de contrato/caridade. De acordo com as autoras

...a mitologia cultural da cidadania civil tem com a cidadania social uma relação que é tensa e, muitas vezes, obstruidora. Em parte nenhuma isso é mais verdadeiro do que nos Estados Unidos, onde o entendimento dominante da noção de cidadania civil continua a ser fortemente marcado pelas ideias de “contrato” e de “independência” enquanto a noção de provisão social foi construída de molde a conotar “caridade” e “dependência”. O que faz falta é uma linguagem pública capaz de exprimir ideias que escapem a essas oposições dicotômicas; capaz de transmitir, muito especialmente, as ideias de solidariedade, de reciprocidade não contratual e de interdependência, fulcrais a qualquer cidadania social de rosto humano.

Uma série de outras pensadoras e pensadores, desde Bourdieu, Foucault e Deleuze, a filósofas da ciência e teóricas feministas desenvolvem a questão do pensamento dicotômico e apontam a centralidade dos discursos práticas científicas centradas na tecnologia, no mensurável, no quantitativo, na competição, na pretensa razão, objetividade e neutralidades do

---

<sup>6</sup> Ver MOOC Strategic Philanthropy

<sup>7</sup> Como no prefácio de Luiz Eduardo Soares ao livro de Simone Coelho

<sup>8</sup> Ver Contrato versus caridade: porque não existe cidadania social nos Estados Unidos.

que identificam de um pensamento administrativo androcêntrico. Não à toa esses valores, que reverberam com tons de verdade em muitos salões pelos quais circulam elites transnacionais, são frequentemente associados com o que se pensa como o “masculino” e pautam o universo da filantropia estratégica ou nova filantropia. De outro lado, estaria o “feminino”, ou uma linguagem de emoções, de afetividade, de solidariedade e cuidado. Valores considerados importantes, porém, “menores” pelas defensoras e defensores do primeiro modelo – ou o filantropocapitalismo – e para eles presente no universo das organizações não governamentais de cunho local (ou *grassroots organizations*<sup>9</sup>). No entanto, após o trabalho de campo é possível ver como se dão essas disputas na prática, como o “sistema” é trabalhando e performado e carece de uma estabilidade inerente<sup>10</sup>.

Argumentos da filantropia e do terceiro setor são construídos a partir de uma suposta falha do Estado de bem-estar social. Os Governos não entregariam então o setor privado conclama para si, no perigo de uma lógica já indicada por pesquisadores como Bill Maurer (ano?) como um feudalismo moderno, uma privatização das funções do Estado. Nesses processos, a linguagem dos direitos vai sumindo e sendo silenciada e emergem as vozes das dádivas.

### **Filantroestatismo**

Se a mobilização da razão e da ciência pelo homem Iluminista no século *das luzes* dá novo fôlego à prática da ação filantrópica, seus ideais de progresso e reforma são por vezes diretamente ligados ao Despotismo Esclarecido em alguns Estados da Europa Continental<sup>11</sup>.

Com referência no trabalho de Raymundo Faoro é possível traçar e entender a formação do Estado brasileiro e sua estrutura de estamento-patrimonial que sufoca a nação – e o será referido por meus interlocutores em campo, precisamente naquilo que diferiria do Estado norte-americano. Nessa mesma chave analítica, de recuperação do legado da colonização portuguesa no Brasil, acredito ser possível entender os moldes da filantropia à brasileira.

No modelo apresentado por Faoro, “O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus

---

<sup>9</sup> Ver Grass Roots Organizations. Peter Gundelach

<sup>10</sup> ver Maurer, <http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n45/0104-7183-ha-22-45-0395.pdf>

<sup>11</sup> VER NORTON, José. “Pina Manique e o Iluminismo Filantrópico em Portugal”. Ver também SANGLARD, Gisele.

padrões de conduta a muitos”. Parece que não há muito de novo até aqui. Talvez a novidade seja a lógica do *management* e essa espécie de *filantropia científica* que cruza dirigentes políticos, empresariais e os deságua no chamado terceiro setor. É possível observar, ao longo desse estudo, como essa imposição de padrões segue sendo reproduzida, como ocorre e como disputa espaço.

Ao falar de Faoro é impossível não pensar em suas referências – embora críticas - a categorias weberianas. Nesse estudo, por minha vez, busco traçar *tipos ideais* da filantropia à brasileira e da *filantropia made in USA* ou o que conveniei chamar de Filantroestatismo e – à leitura de outros autores, visto que este termo não foi por mim cunhado – Filantrocapitalismo, respectivamente. O autor, ainda ao tratar das *elites* sublinha essa disputa pelo poder, ao mesmo tempo que deixa clara sua necessária vinculação à estrutura estatal como forma de manutenção e mesmo condição *sine qua non de existência*:

A classe dirigente, a elite ou a classe política seria, desta sorte, um produto destilado por qualquer sistema, sistema aristocrático ou democrático, com os caracteres dependentes do solo que a gerou. Seria, se melhor aprofundada a análise, uma excrescência do mecanismo representativo, distorção necessária do exercício da soberania popular, perecível sempre que reivindicar autonomia social e independência política. (Faoro, 2001: 110).

Retomando as referências lusitanas, ao tratar do Iluminismo Filantrópico de Pina Manique em Portugal – e que acredito abrir uma chave explicativa preciosa para a prática filantrópica no Brasil – José Norton (2005) indica que este “corporizava o modelo idealizado pelo ministro de D. José para a elite de poder que devia protagonizar o ‘despotismo esclarecido’ (...). Avançado em muitos aspectos, era contudo e naturalmente um conservador em política, um defensor encarniado do Trono e do Altar”. O autor vai mais além:

A criação da Casa Pia da qual a rainha o encarregou foi a oportunidade de pôr em prática entre nós o chamado “iluminismo filantrópico” que se espalhava pelas outras cortes da Europa (...).Pina Manique quando mais tarde lhe começaram a cercear os meios financeiros para manter a Casa Pia, reafirmaria um aspecto fundamental da acção assistencial que para ele não tinha dúvida: “as casas idênticas que há pela Europa [...] são entretidas à custa da Fazenda do Estado”. Para ele a recuperação dos que se desviavam do bom caminho, a assistência aos indigentes, órfãos e desocupados era dever do Estado e os encargos que daí resultavam por este deviam ser suportados. (Norton, 2005: 126).

Quando entra em disputa premissas neoliberais, lembrando que as tomo pelos caracteres de minimização das funções do Estado, privatizações – ou o reforço do setor privado na economia - mercados abertos e desregulamentação nos gastos do Governo, o Terceiro Setor parece surgir como arena ideal a tentar descolar-se do Estado e onde deverá passar a serem exercidas funções que antes nele e em seus agentes concentravam-se, tais como a elaboração de políticas públicas. No entanto, no Brasil, observa-se ainda que as ações podem ser

administradas por empresários, profissionais liberais e agentes de ONGs, mas o dinheiro colocado no chamado Terceiro Setor ou para os beneficiários da *filantropia estratégica* ainda é buscado massivamente junto aos governos.

Assim como Faoro, diversos outros autores se dedicaram e se dedicam a trabalhos minuciosos e brilhantes sobre o Brasil, como José Murilo de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda e Ruben George Oliven, mostrando a construção do Estado e da nação, do povo e das identidades brasileiras, na conjunção sempre presente das elites e dos governos. A centralidade do papel do Estado, que argumento perseverar até os dias atuais, é também traçada em uma leitura histórica da realidade brasileira, sendo esta um dos elementos mais fulcrais daquilo que podemos pensar como uma *cultura política brasileira*. A ação dos filantropos e Investidores Sociais, atualmente, aparece estreitamente articulada com atores e agentes dos governos, o que, a partir da noção aqui cunhada de *Filantroestatismo* no país, remete à própria concepção de cidadania existente no cenário nacional – ou *estadania*, como com maestria delineou José Murilo de Carvalho:

A fascinação com um Executivo forte está sempre presente, e foi ela sem dúvida uma das razões da vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo, no plebiscito de 1993. Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Como vimos, até mesmo uma parcela do movimento operário na Primeira República orientou-se nessa direção; parcela ainda maior adaptou-se a ela na década de 30. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de "estadania", em contraste com a cidadania. (CARVALHO, 2002: 221).

Sérgio Buarque de Holanda em “O Homem Cordial”, demonstra como, com a herança da tradição portuguesa, do estamento patrimonial e da estrutura familiar patriarcal, o cidadão brasileiro “recebeu o peso das “relações de simpatia”, que dificultam a incorporação normal a outros agrupamentos. Por isso, não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo” (Holanda, 1995: 16). Para o autor, tais características presentes fortemente nos processos de urbanização brasileiros, acarretaria no desequilíbrio social e desigualdades “cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”. Tratando ainda das dimensões do público e do privado – e como para estas não existe delimitação clara no caso brasileiro – Holanda sublinha:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como

sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele e tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração — esta em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas. (HOLANDA, idem: 145)

Dessa forma e pensando a constituição das hierarquias na sociedade brasileira, considerando as particularizações, afetos e imbricamentos do público e do privado no exercício político do país, a retórica da filantropia – ou mesmo a retórica humanitária – parece fundamental para a reconversão de capital social, cultural e familiar em cargos políticos. Quanto ao “homem cordial” com o qual o Brasil brindaria o mundo, Holanda lembra que “seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. A obra, da década de 30, apresenta elementos ainda bastante atuais.

A questão emotiva e o apelo afetivo aparecem o tempo todo no universo da filantropia, caridade e solidariedade brasileiras. Lembro-me, especialmente da fala de um Diretor da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de município, que ao tratar das doações realizadas via Fundos da Criança e do Adolescente e do Idoso enfatizava: “Assim, eles ganharam um caminhãozinho, um elevadorzinho, uma kombizinha, um dinheirinho, uma obrinha (...). Para fazer o pagamentinho, temos um modelinho, o videozinho, a vidinha, obrinha, servicinho [na Instituição], notinha, talãozinho, gavetinha, pastinha”; “Aquele dinheirinho tá lá”, e por mais de uma hora, em sua fala, era gritante o uso de infundáveis diminutivos. Impossível não lembrar mais uma vez de Holanda:

No domínio da linguística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação “inho”, aposta as palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. E a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproxima-los do coração (idem: 148).



Ainda, o protagonismo do Estado na resposta aos "problemas sociais" permeia discursos e práticas muito diversos como o paternalismo, o clientelismo, o autoritarismo, a cidadania etc. Estes autores ajudam a pensar como isto se constitui. Temporalmente, isto ocorre nas primeiras décadas do século XX e se expressa em movimentos como o Tenentismo e a Semana de Arte Moderna, que como indica Oliven é um “divisor de águas” no processo de alternância das elites em relação à cultura nacional, hora desvalorizando-a, hora exaltando-a. É neste momento que aparece uma “reatualização do Brasil (...) e busca de raízes nacionais valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil”. O Tenentismo parece ter aberto caminho para a Revolução de 1930 que alternaria as estruturas de poder no país, findo o período da República Velha. Ao longo de quinze anos de governo, Getúlio Vargas, institui o Estado como agente da modernização nacional em contraposição (retórica) às oligarquias que expressariam o atraso.

Talvez por essas e outras [leituras] causou-me enorme estranhamento ao deparar-me com o texto – indicado por um interlocutor – de Simone de Castro Tavares Coelho acerca do “Terceiro Setor. Um Estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos”. Uma vez justificada a importância da comparação destes dois universos, e com a qual estou de acordo, especialmente pela “visível e lamentável escassez de informações, interpretações e publicações disponíveis no Brasil e sobre o caso brasileiro”, Luiz Eduardo Soares, autor do prefácio de referenciado livro, indica que o conteúdo nas páginas que seguirão tomará um rumo completamente distinto, se não oposto, do que tomo em minhas análises.

Em uma tentativa de separar o Estado e Terceiro Setor praticamente em *esferas hostis*<sup>12</sup>, corremos o risco de cair na despolitização das demandas sociais<sup>13</sup>. No entanto, Soares acusa: “Os cientistas sociais... Esquecemo-nos, com frequência, de que esteve em marcha um processo autopoietico, por assim dizer, gestando e construindo uma complexíssima sociabilidade invisível, trançada por elos que nada devem ao Estado, senão indiretamente”. Como se a sociedade produzisse a si própria sem o Estado. Ele separa ainda em duas dimensões o “mundo social”: a primeira seria “correspondente aos domínios do mercado e do Estado” enquanto a segunda seria aquela na qual se ergue “a débil arquitetura do voluntariado, da filantropia, dos investimentos não orientados para o lucro, das iniciativas dificilmente redutíveis à lógica individualista da maximização de benefícios e redução de custos, dos

---

<sup>12</sup> Ver trabalhos de Viviana Zelizer sobre Dinheiro e Afeto.

<sup>13</sup> Ver <http://massalijn.nl/new/the-ngo-ization-of-resistance/>

esforços gregários de tantos e distintos atores e agências, [que] recebe o título genérico “Terceiro Setor”.

Ao tratar do título da obra e da escolha da autora pela categoria “Terceiro Setor”, Soares justifica, mas a meu ver, equivoca-se radicalmente, pelo menos de acordo com a lógica que encontramos no cenário atual: “... evita-se, assim, a carga de preconceitos que se projetariam sobre categorias já conhecidas, de uso corrente no vocabulário ordinário, exigindo-se, conseqüentemente, definição analiticamente dirigida. A categoria filantropia, por exemplo, dificilmente se livraria das críticas de paternalismo promotor de acomodação e reprodução das desigualdades”. No entanto, hoje, são políticas sociais – especialmente como o Programa Bolsa Família do Governo Federal<sup>14</sup> – que no universo das elites que lidam com filantropia e voluntariado recebem os rótulos de “paternalista” e “assistencialista” como por inúmeras vezes escutei. Enquanto isso a filantropia [estratégica], o terceiro setor e o investimento social privado são conclamados cada vez mais a ajustarem-se e apropriaram-se das lógicas de gestão e da economia ortodoxa neoliberal da maximização do lucro (e aí passa-se a defender o lucro no terceiro setor), otimização de processos e foco na escolha racional. Soares prossegue “Por outro lado, é digna de nota a transferência metonímica das críticas de um alvo para outro, ou melhor, da parte para o todo. Assim, o que se diz da filantropia, diz-se também do Terceiro Setor, geralmente, de uma perspectiva que não admite qualquer ação social senão aquela proveniente do Estado”. Esse afastamento, ou melhor, essa ausência do Estado no Terceiro Setor é pura ficção, talvez um equívoco contingente e de um contexto histórico específico, para não pensar em má fé. No entanto, como veremos, a fonte de recursos mais acessada pelas ONGs ainda são os governos e, no caso de empresas, a via de renúncia fiscal, pelo menos no caso do Brasil. Como indicado em matérias acerca do tema, muito pouco é repassado de fundos particulares para doação, como demonstrado em reportagens acerca do tema, como em matéria publicada na Revista Isto é de 19 de março de 2014, na qual encontramos a seguinte chamada “O Mito da Solidariedade Brasileira” e em entrevista publicada na Folha de São Paulo de 8 de março de 2014, intitulada “Os milionários não doam quase nada à pesquisa no Brasil”. As afirmações de Soares tornam-se ainda mais contrastantes com os achados desta pesquisa: “Portanto, não há, de fato, como evitar a reiteração do senso comum crítico, restando apenas, como antídoto, a demonstração dos equívocos contidos nessas generalizações empobrecedoras,

---

<sup>14</sup> Ver EGER, Talita Jabs. DAMO, Arlei Sander. “Money and Morality in the Bolsa Família”. In: Vibrant. v. 11, n. 101 – 06 / 2014.

insensíveis à pluralidade de níveis nos quais se desdobram as relações sociais indiferentes ao cálculo” (grifos meus).

Esta última colocação, grifada, é sintomática de uma falácia lógica e analítica. A palavra cálculo não subsume somente operações de cunho numérico, de lucro monetário e de ordem prioritariamente consciente e racional. O cálculo pode estar incutido nas próprias regras do jogo, ou *illusio*, como define Bourdieu e o qual só será jogado por aqueles que introjetaram uma disposição – ou *habitus* – que o faz valer a pena, que o torna *interessante*. Dessa forma, dizer que não há cálculo equivaleria a dizer que não há interesse, o que ignora premissas seminais do trabalho sobre a Dádiva de Marcel Mauss, por exemplo, e de Bourdieu (1996) sobre o interesse e *desinteresse*. Em seu texto “É possível um ato desinteressado?”, este indica que “à redução ao cálculo consciente, oponho a relação de cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo” (Bourdieu, 1996: 143). O autor segue:

Tendo evocado sumariamente os conceitos fundamentais, indispensáveis, a meu ver, para pensar a ação razoável – habitus, campo, interesse ou *illusio*, capital simbólico – volto ao problema do desinteresse. É possível uma conduta desinteressada e, se é, como e em que condições? Se permanecemos em uma filosofia da consciência, é evidente que só podemos responder negativamente à questão e que todas as ações aparentemente desinteressadas esconderão intenções de maximizar alguma forma de lucro. Ao introduzir a noção de capital simbólico (e de lucro simbólico), de certa maneira radicalizamos o questionamento da visão ingênua: as ações mais santas – a ascese ou o devotamento mais extremos – poderão ser sempre suspeitas (e historicamente o foram, por certas formas extremas de rigorismo) de ter sido inspiradas pela busca do lucro simbólico de santidade ou de celebridade etc.

Advogando a *ausência do Estado*, o que vai na confluência de muitas das falas de meus interlocutores que dizem estarem fazendo “o que o Estado não faz, mas deveria”, estes atores conduzem à lógica perigosa de privatização das funções do Estado, como indicado por Bill Maurer em seu texto “Philanthropy or the State? Modern Feudalism”, ao tratar da filantropia nos EUA:

Philanthropic capital is different from the modes of privatization that have become familiar since the 1980s. State modes of finance and fiscal policy organized economic life at least partially outside the calculus of the market-with fees determined through means other than the price mechanism, for example. Privatization of state functions puts profit maximization ahead of social welfare provision. This *is* straightforward. But the displacement of some of the state's roles by philanthropic actors may be different because of the nature, at least in some cases, of the gift. When venture philanthropy does not demand a stake in the resulting enterprises, has *it* reinvented a modern-day feudalism, the overlords' *noblesse oblige* (and magnificent wealth), obviating any desire they might have to profit from those enterprises? (MAURER, 2012: 425)

Seguindo a lógica de uma *noblesse oblige*, ou a implicação de responsabilidade que acompanha a riqueza, o poder e o prestígio, acredito podermos ver sua disposição tanto no cenário Estadunidense, quanto no Brasileira, contanto nos lembremos que no Brasileiro ela

quer ser exercida dentro de sua visão de mundo e estilos de vida, mas com financiamento estatal. Acerca desta noção, Bourdieu (idem) aborda-a em função do aristocrata que “não pode deixar de ser generoso, por fidelidade a seu grupo e por fidelidade a si mesmo, como digno de ser membro do grupo. É isso que significa “*noblesse oblige*”. A nobreza é a nobreza como corpo, como grupo que, incorporado, toma corpo, disposição, *habitus*, torna-se sujeito de práticas [consideradas] nobres e obriga o nobre a agir nobremente”.

Soares afirma que “... mesmo dispondo de um Terceiro Setor já antigo e forte, a sociedade brasileira o tem ampliado e lhe tem transferido crescentes responsabilidades, seja pela ausência do Estado – em seu sentido mais negativo, injusto e socialmente irresponsável -, seja pela assunção espontânea e crescente de iniciativas por parte da sociedade civil”. Considero de fundamental interesse a essa pesquisa, pelas análises e interpretações tão distantes, o que é sempre fulcral para o debate de ideias, manter o diálogo ao longo da pesquisa com o trabalho de Simone Coelho.

Dessa forma, enquanto Bill Maurer lança a analogia da prática filantrópica como uma espécie de feudalismo moderno nos EUA - e *noblesse oblige* - penso vemos no Brasil um cruzamento do Despotismo Esclarecido nos moldes do management – em que não o Estado seria visto como legítimo para governar e conduzir ao progresso por saber fazê-lo, mas sim os experts e gestores - com a participação ativa do Estado nos moldes do [talvez ameaçado] estamento-patrimonial e ainda com práticas que acionam diretamente a lógica clientelista. Se não o Iluminismo Filantrópico de Manique, o Filantropismo Iluminista parece bastante atual.

Assim, parece de fundamental relevância problematizar as distintas concepções das elites sobre o Estado no Brasil e nos Estados Unidos. O papel que teve a ideologia positivista no Brasil (e, especialmente, a defesa da centralidade do Estado na condução do desenvolvimento/civilização do país) na conformação de nossas elites (políticas, militares, intelectuais e, provavelmente, econômicas) é algo que não parece ter paralelo nos EUA (onde sempre houve uma resistência ao Estado, especialmente o Federal). Esta diferença do papel (efetivo ou imaginado) do Estado fica bem clara no livro coletânea "*Bringing the State Back in*", em cujo prefácio já se anuncia uma suposta ausência do *Estado* nas Ciências Sociais dominantes, na qual acredito podemos incluir a estadunidense. De acordo com Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985): “dominant theoretical paradigms in the comparative social sciences did not highlight states as organizational structures or as potentially autonomous actors. Indeed, the term "state" was rarely used”. Enquanto autores que analisam os Estados Unidos salientam que as ciências sociais norte-americanas desconsideraram a importância do Estado, o capítulo de Alfred Stepan (1985: 317) “State Power and the Strength of Civil Society

in the Southern Cone of Latin America” mostra que na América Latina (e no Brasil, em especial) o Estado sempre teve centralidade nos processos sociais e nas análises. Esta centralidade conferida ao Estado levou, inclusive, a que autores criticassem o "estatismo" das ciências sociais brasileiras<sup>15</sup>.

### **Global Philanthropy Forum**

Tomei conhecimento do Global Philanthropy Forum<sup>16</sup> (GPF) no ano de 2013, meu primeiro ano de pesquisa acerca da filantropia em nível de doutorado. Isso se deu mais especificamente em outubro de 2013, quando eu etnografava o II Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, promovido pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social Privado (IDIS) em parceria com o GPF. Da conferência anual o GPF é dita ser a versão internacional do Fórum brasileiro promovido pelo IDIS.

Após três anos consecutivos de contato e tentativas de estabelecer um relacionamento de pesquisa mais próximo com a vice-presidente do GPF, tendo sempre meu pedido de participação na conferência “fechada e somente para o 1%, as famílias que doam ou CEOs de suas Fundações” negado, recebi um convite para participação no ano de 2016, após de muita insistência e de ter entrevistado a vice-presidente e visitado a sede do GPF e World Council Affairs em São Francisco, California.

O custo de registro na conferência era de dois mil e duzentos dólares. Mediante a impossibilidade de arcar com a totalidade desse valor, recebi auxílio financeiro para parte da

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, SADER, Eder, PAOLI, Maria Célia. Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986).

<sup>16</sup> De acordo com o *website* da organização: “Established in 2001, the Global Philanthropy Forum is a peer-learning network of philanthropists and social investors committed to advancing international causes. Through conferences, programs and matchmaking services, the GPF seeks to build a community of philanthropists, and to inform, enable and enhance the strategic nature of its members’ giving and social investing. A project of the [World Affairs Council](#), the GPF now has [affiliates](#) in Latin America, Africa and Asia, and a membership in 98 countries. Learn more from the GPF in the video series [Philanthropy 360°](#), featuring GPF philanthropist profiles”. Launched in partnership with the Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) in São Paulo, Brazil, the Brazilian Philanthropy Forum (BPF) is a joint initiative of IDIS and the Global Philanthropy Forum. BPF aims to connect Brazilian philanthropists and social investors with each other to build a learning community, and to inform and enable the strategic nature of their giving. It is intended to promote peer learning among donors in Brazil and to connect them to key issues, to effective strategies, to experts and to local and international leaders who seek innovative solutions to address social and development challenges”. Accessed 4/26/2016 - <https://www.philanthropyforum.org/about/>

inscrição dos Professores Bill Maurer, George Marcus e Michael Mintoya da Universidade da Califórnia, Irvine. A conferência intitulada “People on the Move” aconteceu de 4 a 6 de abril de 2016, em um hotel de luxo de Redwood City, Califórnia. O foco temático recaiu nas crises de refugiados e movimentos globais de migração. O acesso aos salões do hotel se dava de forma restrita, mediante credenciais do evento.

Após estacionar meu carro velho – em nenhuma das conferências que acompanhei durante os anos de trabalho de campo pude me hospedar no mesmo hotel da conferência e de outros participantes, devido aos altíssimos custos envolvidos – me encaminhei para mesa de registro. Em frente a mesa em um grande cartaz lia-se: “Credentials needed beyond this point”.

Peguei a credencial, o programa o evento – um livro impresso colorido e com diversas fotos, dividido nas seguintes sessões: agenda, palestrantes e apoiadores. Então me encaminhei para a primeira sessão intitulada “*Speed Networking Session*”. Para entrar na sala, apresentei o meu cartão de acesso “*Speed Networking Access Card*”, também recebido no credenciamento. Entrei na sala onde pessoas já haviam iniciado o “networking”. Distribuídas em quatro fileiras de cadeiras, agrupadas duas a duas e com uma cadeira de frente para a outra, cada pessoa devia ocupar uma cadeira e se apresentar para a pessoa na sua frente em um minuto e escutar a apresentação por outro minuto. Após passados os dois minutos, todos rotavam e iniciava-se as apresentações novamente. O barulho das vozes era perturbador na sala lotada e em muito se assemelhava a um zumbido de um enxame de abelhas.

A última pessoa a se apresentar me disse ser brasileira. Uma das diretoras do IDIS, um dos institutos por onde comecei o trabalho de campo em 2013. Imediatamente ela me levou ao encontro de outra diretora, que eu já conhecia por ocasião do Fórum brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais. Assim, me uni à delegação brasileira formada por essas profissionais, uma filantropa e investidora social, e um casal formado por uma advogada e um advogado e filantropo.



Karin, a filantropa, e eu conversamos muito durante os dias de conferência. Ela foi extremamente aberta e honesta sobre suas questões pessoais e em relação à fortuna da família<sup>17</sup>. Durante o almoço fiquei na mesa com a delegação brasileira e foi quando conversei mais com Karin e nos aproximamos. Ela perguntou de meus estudos e contou que estudou direito e que já tinha estudo nos EUA. Me disse que gostaria de voltar a estudar, que seu sonho era ser professora, mas seu pai não deixou. Então ela disse que estudou direito, casou-se, teve filhos e agora se interessava pelo lado social atrelado aos negócios da família. Me falou também do jantar fechado na noite anterior na casa de um grande filantropo da região e que o presenteou com um vinha da vinícola de uma amiga. 37 anos, se disse ‘pedagoga frustrada’, quer estudar FGV, mestrado novo em negócios sociais.

Acabei acompanhando Karin em várias sessões ao longo dos dias de conferência, o que foi extremamente produtivo para entender seu posicionamento e reações a diversas discussões. No painel de abertura do evento, o tem já era dado de que a filantropia teria que abraçar as políticas

---

<sup>17</sup> Ver Odendhal

das quais os governos não deram conta e de que as democracias “não entregaram o que prometeram”.

Guy Cave, um dos palestrantes e experts do evento fez uma definição muito clara do que entende pelos papéis das pequenas organizações locais, ou grass roots organizations, e das grandes Fundações. Para ele, assim como para parte do público presente, as primeiras são partes das comunidades, conhecem o “terreno” (ground), porém “têm menos dinheiro, são menos empoderadas e só podem responder a necessidades imediatas”. Às grandes Fundações caberia ditar o tom “estrutural” das mudanças.

No jantar, ao final do primeiro dia de evento, após um coquetem regado a champagne, vinhos, cerveja e petiscos, conversei com uma filantropa e milionária que enfaticamente dizia: “não acredito em redistribuição de renda, nem redução da desigualdade porque as pessoas não são iguais. Por que eu que trabalho mais vou ter menos ou a mesma coisa? Acredito em igualdade de oportunidades...”. Esse é o discurso recorrente das elites, talvez aqui nada muito novo.

Conversei também com Karin sobre a situação política e econômica do Brasil no momento. Ela me disseu que estava tudo “muito chato” com a ameaça do impeachment e me mostrou um grupo de whatsapp do qual fazia parte e se organizam para manifestações pró impeachment. Queixou-se de figuras da política nacional como “Lula não fez faculdade e bebe” e que “apela para o pobre e se faz de pobre”. Ela expressou preocupação com “o Brasil está dividido” entre ricos e pobres e disse que não queria que fosse assim. Passou então e me contar suas dificuldades lidando com a imprensa – que se interessa pela vida pessoal de sua família – e violência nos centros urbanos, foi quando começou a chorar afirmando que era muito difícil ser rica.

A socióloga Elisa Reis aponta a espontaneidade das elites brasileiras em reconhecerem o problema da desigualdade social como central no país. No entanto, a mesma autora aponta que as elites não se interessam por medidas que reduzam a desigualdade, mas sim aliviem a pobreza desde que melhorando também as suas condições de vida. Acredito que essa diferenciação entre pobreza e desigualdade é fundamental para entender alguns dos objetivos da filantropia, uma vez que na lógica de mercado o melhor competidor vai se sobressair e isso é desejado por parte das elites<sup>18</sup>. De acordo com inúmeras falas ao longo dos dias de

---

<sup>18</sup> Ver Pro Bono.



conferência, esses atores referem-se a sua atuação como “soft power”. “We spread soft power<sup>19</sup>”.

### **Edge Funders Alliance<sup>20</sup>**

De 19 a 21 de abril de 2016, na cidade de Berkeley, California, acontecia a 16ª edição da conferência anual do Edge Funders Alliance, intitulada “Just Giving” e com o tema “Build the New: Resourcing change for a world in transition”.

Minha participação na conferência remonta ao trabalho de campo que fiz em Seattle, em fevereiro de 2016, quando visitei a Fundação Bill e Melinda Gates, entrevistei um *program officer* e dois *experts* que trabalham na *Intellectual Ventures*, parte da iniciativa Global Good<sup>21</sup> de Bill Gates. Na mesma ocasião, tive a oportunidade de entrevistar a diretora de uma pequena Fundação com foco no direito das mulheres, trabalhando especialmente com mulheres indígenas. Katrin acabaria se tornando uma de minhas principais interlocutoras, colaboradoras e amiga. Nosso contato se deu por meio da Universidade Federal da Califórnia, UCI<sup>22</sup>. Eu estava fascinada com o seu trabalho. Durante o almoço no qual tivemos nossa primeira conversa, ela me perguntou sobre minha rede de pesquisa. Ao indicar a abordagem do filantropocapitalismo, nova filantropia ou filantropia estratégica e o Global Philanthropy Forum, Katrin me disse que estes eram abordagens “muito de direita”. Ela então me falou do Edge Funders Alliance, suas colegas de trabalho e lesbo feministas ativistas e uma filantropia progressista, ou com abordagem de justiça social. Me recomendou participar da conferência a fim de obter um novo parâmetro de comparação e análise. Por meio de seu contato, mediei minha participação trabalhando como voluntária na relatoria da sessão temática intitulada “Governança Econômica”.

Apesar do foco em justiça social e movimentos sociais estar presente, a conferência ainda mantém um tom de negócios. Não me hospedei no luxuoso hotel dos demais

---

<sup>19</sup> Ver Joseph S. Nye, Jr.. Soft Power

<sup>20</sup> De acordo com o site da organização: We are funders and donors committed to global social change philanthropy, who believe that equity and justice – around gender, race, class, sexual orientation, nationality, migration status, and ability – are critical to furthering sustainable international well-being.

<sup>21</sup> <http://www.intellectualventures.com/globalgood/>

<sup>22</sup> Após um evento sobre arte e dinheiro, organizado pelo Departamento de Antropologia e IMTFI em parceria com a escola de artes da mesma Universidade, e eu ter manifestado meu interesse em trabalhar com direito das mulheres e justiça de gênero.

participantes e onde se realizou a conferência, o Double Tree da rede Hilton, localizado na marina de Berkeley no Eastshore State Park.

Durante nossa primeira sessão do laboratório de Governança Econômica, quatro participantes apresentaram suas iniciativas e propostas: Tax Justice Group<sup>23</sup>; David Bollier sobre the Commons<sup>24</sup> (I spoke to the presenter about Gibsob-Graham's book on post capitalismo and he said they were his frinds and one of his references); micro crédito e, a proposta mais polêmica, o 'quarto setor'.

Esta última proposta é bastante semelhante do que alguns milionários e investidores sociais brasileiros têm proposto como setor 2.5, sobre o qual escrevi alhures. O quarto setor ou setor 2.5, seria uma espécie de novo setor da economia (em contraposição ao primeiro setor ou setor público, Governos e Estado; o segundo setor ou setor privado e o terceiro setor<sup>25</sup>, ou o setor das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Começam a surgir os chamados "negócios ou empreendimentos sociais", que abarcariam em um novo setor a lógica de mercado dos negócios provados e obtenção de lucro com a prestação de serviços e ofertas de produtos considerados com "impacto social", ou seja, para algum problema social identificado como tal por seus proponentes e dirigentes.

Interessante perceber que essas propostas se colocam como "a" solução para o que a elite considera como problemas sociais. O quarto setor, proposto por um grupo de Stanford que trabalha com angel investors e uma advisor da filantropia Rockefeller, encontrou oposição em diversas pessoas no grupo, incluindo um dirigente do Edge Funder Alliance Europa. Seus proponentes foram questionados em como isso se diferencia de B Corps e um mercado perverso, mas apontaram que a proposta era inicial e estaria se desenhando, o que os deixava no momento sem respostas.

Tendo sido uma das pessoas a questionar esse modelo e tendo feito a comparação com o que conheci no Brasil do setor 2.5, fui abordada n corredor a sós, após a sessão, por um dos

---

<sup>23</sup> See "TAX ABUSES, POVERTY AND HUMAN RIGHTS"

<sup>24</sup> <http://www.onthecommons.org/>

<sup>25</sup> De acordo com Simone Coelho (2000) em sua pesquisa comparativa sobre o Terceiro Setor no Brasil e nos Estados Unidos, orientada por Ruth Cardoso no final dos anos 90: "Várias denominações têm sido dadas para um certo grupo de organizações que surgem no seio da sociedade civil: organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, terceiro setor ou ONGs [organizações não governamentais], termo mais usado no Brasil. O termo "terceiro setor" foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos na década de 70, e a partir da década de 80 passou a ser usado também pelos pesquisadores europeus. Para eles, o termo sugere elementos amplamente relevantes. Expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante".

proponentes. Ele me perguntou por que eu não achava que os negócios sociais seriam a solução para um novo sistema de governança econômica e me disse conhecer exemplos muito bons no Brasil como o da empresa Natura e sua responsabilidade social. Comentei então que acreditava ser uma questão mais complexa e que estávamos discutindo justamente isso em grande grupo.

Ele então, de forma intimidadora e também debochada, perguntou o que discutimos no grupo. Apontei que ele estivera presente na sessão a tarde toda e ele disse não se lembrar mais do que fora dito. Frente a isso pedi licenças e me retirei. As disputas são bastante acirradas e somas altas de financiamento se disputam, creio que não calculei o “incômodo” que meu comentário poderia causar. No entanto, o modelo apresentado consistia de fato em um modelo de negócios, agrupando governos, corporações e organizações não governamentais em um quarto setor, uma suposta transição do modelo “for profit” para o modelo “for benefit” das organizações.

Durante os dias que seguiram de conferência, pude observar um discurso distinto do que vinha percebendo até agora no universo do filantropocapitalismo. Os diretores do Edge apontaram estarem presentes desde a primeira edição do Forum Social Mundial e ter esse espaço como um vetor central de sua lógica de atuação.

Diversos movimentos sociais, inclusive da América Latina estavam presentes e são financiados por membros da organização que agrupa financiadores e filantropos. Ao final do primeiro dia de evento fomos ao famoso cinema De Castro em bairro LGBTQI de São Francisco para o lançamento do documentário longa-metragem “Not without us” sobre ativistas e ambientalistas contra o aquecimento global na COP em Paris. Diversos participantes da conferência estavam envolvidos no projeto do documentário, ativismo e financiamento.

No ônibus de volta ao hotel da conferência, sentou-se a meu lado uma senhora. Prontamente ela fez as mesmas perguntas que se escuta incessantemente: olá, com qual organização você está? Expliquei que era antropóloga. Ela prontamente respondeu: Eu também. E começou a me contar que fizera uma pesquisa há alguns anos atrás na filantropia de elite norte-americana e que seu livro estava intitulado “Charity begins at home: generosity and self-interest among the philanthropic elite”. Como se fala no circuito de estudantes: eu estava sentada ao lado de minha bibliografia: Teresa Odendahl. Ela me deu um de seus cartões de visita e me explicou que hoje dirige uma Fundação Filantrópica e que havia “posto dinheiro” no filme ao qual assistimos.

A sua presença no evento me fez pensar mais uma vez nas distintas categorias de *experts* que fazem sua carreira no setor e as distintas abordagens linguagens utilizadas por distintos grupos, organizações. E em que medida a linguagem e o discurso utilizados têm potencial transformador e/ou alternativo em contrapartida com demandas sociais institucionalizadas nessas redes e espaços<sup>26</sup>.

Assim, um discurso emerge da associação de movimentos sociais e de membrxs do Edge Funders em tom de crítica ao capitalismo e à prática filantrópica. A partir de um reconhecimento no espaço do congresso de que há muitas falhas – e ao contrário do discurso do GPF em que o capitalismo é visto como o melhor sistema, embora sujeito a falhas que serão remediadas por meio, inclusive, da filantropia – e de que o capitalismo se provou impraticável, necessitando agora uma transição para uma nova economia, uma economia justa e um novo modelo de governança econômica.

### **Considerações finais**

No universo da filantropia de elites transnacionais vemos dois lados de uma mesma moeda em que a noção de direitos e do estado de em estar social são progressivamente substituídas por relações de financiamento privado de “causas<sup>27</sup>”.

O campo da filantropia no Brasil, que estrutura-se a partir de redes e articula-se para ganhar força enquanto mercado – com produtos, serviços, valores de troca e *expertise* específicos - apresenta-se como um campo complexo, no qual se articulam uma série de atores desde *beneficiários, voluntários, ongueiros, captadores de recursos, consultores, empresários, Governos, ONGs e sociedade civil*, bem como engloba iniciativa privada, terceiro setor e políticas públicas. Talvez emergente dessa complexidade foi possível identificar uma disputa conceitual, que aparece em campo e se articula nas próprias falas de interlocutores, compreendendo, principalmente: *filantropia, responsabilidade social corporativa/empresarial e investimento social privado*.

As definições utilizadas por um de meus principais interlocutores no Brasil são derivadas do Instituto Ethos – organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) vinculada à RSC – e do GIFE – referência no campo do Investimento Privado. De acordo com

---

<sup>26</sup> Ver discussão sobre “finanças alternativas” e a diferença na linguagem, mas semelhança na prática das hipotecas tradicionais e as ditas hipotecas islâmicas em Maurer, Bill.

<sup>27</sup> (ver maerking de causas). – DOIS LADOS MESMA MOEDA DENOMINAÇÃO KEITH HART

seu material: “Responsabilidade Social Corporativa é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social” e Investimento Social Privado é “o uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados – provenientes de pessoas físicas ou jurídicas em projetos sociais de interesse público”. Quanto à noção de *filantropia estratégica* – ou ainda marketing de causas<sup>28</sup> – é definida por “estabelecimento parcerias, facultando a promoção conjunta de causas” e com o objetivo de gerar lucro.

Nos espaços pelos quais circulei e nas falas das pessoas com quem conversei, senti bastante essa ausência, a falta do outro, qual seja, os *beneficiários* das ações. Entre ditos e não-ditos, me parece crucial pensar como essas práticas se engajam na formação de um mercado muito específico, um mercado para *líderes sociais, empreendedores, permeado por ares de inovação, desenvolvimento, evolução, controle e gestão*. Da mesma forma que essa invisibilidade e não ditos, mesmo que parciais – pois alguns sujeitos aparecem em vídeos e fotografias – é interessante perceber como neste universo trabalha-se com uma naturalização da pobreza, pobreza que está dada, na desordem, com sujeitos que precisam ser ajustados e disciplinados.

No almoço de um dos eventos, lembro da citação de que “precisamos reinventar na prática o que entendemos como sistema capitalista”, “criar o capitalismo 3.0” e, buscando a referência no livro de Peter Barnes, assim intitulado [“Capitalism 3.0”], percebo a operação a lógica evolutiva de que o capitalismo seria um sistema complexo, sujeito a falhas, que iriam progressivamente sendo ajustadas em suas novas versões. Quanto aos fatores levantados referentes aos motivos pelos quais se doa ou não no Brasil, destaca-se a valorização do sujeito, da figura do mecenas, do filantropo e/ou investidor social junto a seus pares, enquanto um valor positivo para doação. Na comparação com os Estados Unidos, em quase todos os casos, majoritariamente, cita-se as diferenças nas cargas tributárias e incentivos fiscais e as diferenças na concepção da intervenção estatal. Conforme apontado, em alguns debates, aparece a ideia de que *a filantropia está no DNA dos americanos* e é uma questão de identidade nacional.

No Brasil, acredito estarmos assistindo à construção de um campo que está se profissionalizando, um mercado de negócios, com a importação direta de lógicas, práticas e mesmo consultorias americanas – vide parceria IDIS e *Global Philanthropy Forum*, bem como as estratégias promovidas de *endowments*. Quanto aos fatores levantados referentes aos

---

<sup>28</sup> Ver RENDEIRO, Humberto. *Museus: o colapso do “Estado-Providência” e a emergência da filantropia estratégica*. Disponível em: [https://www.academia.edu/1624047/Museus\\_o\\_colapso\\_do\\_Estado-Providencia\\_e\\_a\\_emergencia\\_da\\_filantropia\\_estrategica](https://www.academia.edu/1624047/Museus_o_colapso_do_Estado-Providencia_e_a_emergencia_da_filantropia_estrategica)

motivos pelos quais se doa ou não no Brasil, destaca-se a valorização do sujeito, da figura do mecenas, do filantropo e/ou investidor social junto a seus pares, enquanto um valor positivo para doação.

Quanto à desconfiança, no Brasil, em relação às instituições, é o fator que aparece como uma das principais causas de não doação, associado a uma noção êmica de *fator cultural* pelo qual o brasileiro não doaria. Ao fim das primeiras reflexões acerca do tema e do campo que se estrutura indico a confluência com o texto de Marc Abèlès especialmente ao retratar a figura do consultor filantrópico e como aparece a visão de os empresários serem os responsáveis pelo *desenvolvimento*, eu diria não só de uma área, mas de todo o país.

Ao longo destas páginas busquei também evidenciar as implicações de realizar uma pesquisa com elites, em um campo de disputas, no qual os sujeitos pesquisados possuem interesses muito específicos na sua própria configuração e domínio. Além de percorrer uma trajetória específica, ilustrada em uma rede, e falar com indivíduos indicados pelos interlocutores, as informações são de difícil acesso, não ficam claras as cifras do quanto é doado nem os nomes de quem exatamente doa no Brasil – como indicado nas pesquisas trazidas ao longo do texto e na fala da Professora Patrícia Mendonça. É interessante perceber como discursos e práticas distintas se colocam nos espaços percorridos e imbricam a formação de profissionais para compor uma elite: organizações não governamentais, investimentos social e filantropia, Terceiro Setor, Institutos e Fundações, Empresas, Consultores e agentes do Governo. Com o intuito de operar em um mercado que chamo de *social*, são ofertados inúmeros cursos, palestras, congressos e conferências, sendo a quantidade de opções e os valores das inscrições e custos envolvidos, muitas vezes, impeditivos da participação. Da mesma forma, a restrição do *público-alvo* destas ações marca o distanciamento entre a elite que circula nesses espaços de formação e o universo da *pobreza* sobre a qual intervém.

A realização dessa pesquisa junto ao universo da elite que compõe – e disputa – o cenário contemporâneo da filantropia brasileira, denota a acentuada dificuldade em encontrar figuras públicas que se destaquem como filantropos doadores de altas somas, como indica minha interlocutora Joana: “tem quem doe, mas muitas vezes essas pessoas não querem ser identificadas”. No entanto, são inúmeras as figuras de empresários, gestores e administradores de ONGs que povoam o campo, circulam em eventos e premiações. Observa-se uma série de atores estabelecendo carreiras no que proponho chamar de *o mercado do social*, identificando-se como *aqueles que fazem o que o Governo não faz* e que darão as bases e diretrizes de um devir ser da sociedade.

As implicações éticas de conduzir a pesquisa neste universo, fazem com que uma série de dados não possam ser incorporados à análise – seja pelo pedido explícito de sigilo por parte de interlocutores, seja pelo conhecimento de que podem interferir na vida profissional e até mesmo pessoal dos pesquisados. Da mesma forma, aparece em campo a negociação constante da expectativa dos interlocutores – desde o uso de referências até a busca por ajudar a definir hipóteses e análises – e do meu posicionamento enquanto pesquisadora, tentando evidenciar que o caráter antropológico de meu estudo e minhas escolhas teóricas nem sempre estão de acordo com as práticas discursivas e de intervenção dos atores com quem trabalho.

A partir de extensiva pesquisa de campo foi possível mapear uma série de agentes envolvidos na rede (ou como categoria êmica: o seu *network*) e, a partir dela, traçar minha própria trajetória de pesquisa e estabelecimento de um campo. É possível perceber que o universo da Filantropia empresarial e Investimento Social Privado, que se pretendem como formas hegemônicas de recebimento e administração de doações, está em disputas, com uma série de atores buscando traçar seus marcos, exigindo estímulos e regulações do Governo, buscando atuar em políticas públicas ao mesmo passo que se estabelecer enquanto um mercado – com produtos, projetos e ferramentas de avaliação específicos.

## Referências

ABÉLÈS, Marc. “Les Nouveaux Philanthropes”. In: *Les Nouveaux riches – un ethnologue dans la Silicon Valley*. 2002. p.123-178.

BOURDIEU, Pierre. “É possível um ato desinteressado?”; “A Economia dos Bens Simbólicos”. In: *Razões Práticas*. Campinas, Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BUCKEL, Sonja. FISCHER-LESCANO, Andreas. “Reconsiderando Gramsci: hegemonia no direito global. In: *Rev. direito GV* vol.5 no.2 São Paulo July/Dec. 2009.

CALLON, Michel. *Los Mercados y lá performatividad*. Traducido de: *The embeddedness of economic markets in economics*, introducción en Callon, M. (ed.) (1998) *The laws of the markets*. Oxford: Backwell.

GRANOVETTER, M. “The Strength of Weak Ties”. In: *American Journal of Sociology* 78. 1360-1380, 1973.

\_\_\_\_\_. “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddednes”. In: *American Journal of Sociology* 91. 481-510, 1985.

HOBBSAWM, Eric. "Introdução: a invenção das tradições" e "A Produção em Massa das Tradições: Europa 1879 a 1914". In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 9-23 e 271-316.

LANDIM, L.; SCALON, M. C. Doações e trabalho voluntário no Brasil - uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LANDIM, Leilah. (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc..* Rio de Janeiro: Nau, 1998.

LAW, J. *Organizing Modernity*. Oxford: Blackwell, 1984.

MÜLLER, Lúcia Helena. “A construção do social a partir da ótica empresarial”. In: BARBOSA, Livia (org.). *Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre Nós e os Outros*. Editora Atlas, 2009.

OLIVEN, Ruben George. "Nação e Tradição na Virada do Milênio". In: *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Vozes, 2006, p. 17-37.

PAULA, Sergio Goes de. ROHDEN, Fabíola. “Filantropia Empresarial em Discussão: números e concepções a partir do estudo do Prêmio Eco”. In: LANDIM, Leilah. (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc..* Rio de Janeiro: Nau, 1998. p. 173-239.



REIS, Elisa P. A desigualdade na Visão das Elites e do Povo Brasileiro. In: SCALON, Celi. (org.). *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

SEIDL, Ernesto. “Estudar os Poderosos: sociologia do poder e das elites”. In: SEIDL, Ernesto GRILL, Igor Gastal. (orgs.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SAYAD, Abdelmalek. *A Pobreza exótica: A imigração argelina na França*. RBCS. N. 17, out. 1991.

SCHUCH, Patrice. VIEIRA, Miriam Steffen. PETERS, Roberta.(orgs.): *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

SKLAIR, Jessica. *A filantropia paulistana: ações sociais em uma cidade segregada*. São Paulo: Humanitas, 2010.

WEBER, Max. “Relações Comunitárias Étnicas” In: *Economia e Sociedade*. V.I: Brasília, Editora da Universidade de Brasília. 2ª parte, capítulo IV. (pp.267-277), 1991.